

ESCRITURA PARTICULAR DA SEGUNDA EMISSÃO DE DEBÊNTURES NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES EM UMA ÚNICA SÉRIE DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL DA BVA EMPREENDIMENTOS S.A.

Pela presente Escritura Particular: (i) BVA EMPREENDIMENTOS S.A., sociedade por ações com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida Almirante Barroso, nº 52, 19º andar, Centro, inscrita no CNPJ sob o nº 04.794.781/0001-94, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante simplesmente denominada Emissora) e, (ii) representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, bloco 13, sala 205, Downtown, Barra da Tijuca, inscrito no CNPJ sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado na forma de seu Contrato Social (doravante simplesmente denominado Agente Fiduciário), vêm por esta firmar a presente Escritura Particular da Primeira Emissão Pública de Debêntures Não Conversíveis em Ações em uma única Série da Espécie com Garantia Real (doravante simplesmente denominada Escritura de Emissão), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é firmada com base em deliberação da Assembléia Geral Extraordinária dos acionistas da Emissora realizada em 06 de janeiro de 2004.

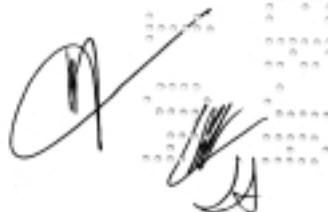
A Assembléia Geral Extraordinária delegou ao Conselho de Administração a deliberação sobre a oportunidade de emissão e sobre as seguintes matérias: (i) época e condições de vencimento, amortização ou resgate das debêntures; (ii) época e condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso se houver; (iii) o modo de subscrição ou colocação e o tipo das debêntures; e (iv) o cancelamento de debêntures não colocadas ou mantidas em Tesouraria, o que se dará mediante declaração do agente fiduciário quanto à inexistência de debêntures em circulação.

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A emissão de debêntures será feita com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação da Ata da Assembléia Geral Extraordinária

A ata da Assembléia Geral Extraordinária que deliberou sobre a presente emissão de debêntures será arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e publicada nos periódicos em que a Emissora efetue suas publicações legais.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large stylized signature and several smaller initials.

2.2. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão será inscrita na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Primeira emissão de debêntures da Emissora será registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, doravante denominada "CVM", na forma das Leis nº 6.385, de 7/12/76; 6.404, de 15/12/76; 9.457, de 5/5/97; 10.313, de 31/10/01; e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2.4. Registro em Sistema de Liquidação e Custódia

As debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto participar de outras sociedades como sócia ou acionista, e administrar os bens de sua propriedade.

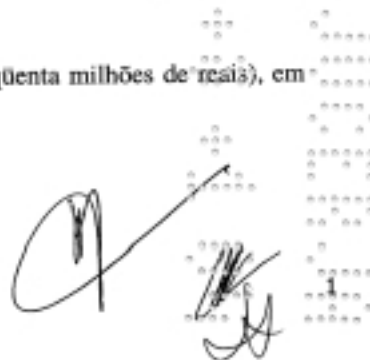
3.2. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão constitui a Segunda emissão de debêntures, em uma única série.

3.3. Montante da Emissão

O montante da presente emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), em série única, na Data de Emissão.

3.4. Destinação dos Recursos

Handwritten signatures and stamps, including a large circular stamp and several smaller rectangular stamps, located in the bottom right corner of the page.

Os recursos obtidos pela Emissora por meio desta emissão de debêntures serão aplicados no aumento de capital do Banco BVA S/A, qualificado no item 4.5.2. da Cláusula IV desta Escritura de Emissão, e na formação de capital de giro da Emissora nos valores correspondentes a 60 % (sessenta por cento) e 40 % (quarenta por cento) respectivamente do total obtido na emissão, conforme os percentuais e valores (considerando a colocação total das debêntures) constantes nas tabelas abaixo:

FONTES	%	Valor (R\$)
Segunda emissão de debêntures, com garantia real	100	50,000,000.00

USOS	%	Valor (R\$)
Aumento de capital do Banco BVA S/A	60	30,000,000.00
Capital de Giro	40	20,000,000.00
Total	100	50,000,000.00

Com a aplicação dos recursos, a situação patrimonial da Emissora *pro-forma* será a seguinte, base 30 de setembro de 2003:

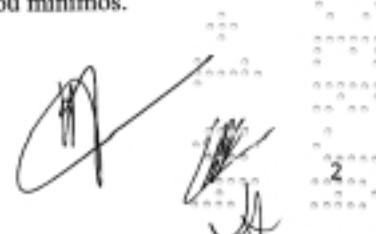
<i>Ativo Pro Forma</i>		<i>Passivo Pro Forma</i>	
	Em R\$ mil		Em R\$ mil
Circulante	35.071	Circulante	55
Realizável a Longo Prazo	0	Exigível a Longo Prazo	69.954
Permanente	142.665	Patrimônio Líquido	107.727
Investimentos	142.065		

O Banco BVA S/A objetiva aumentar o volume de suas operações de crédito com os recursos obtidos desta emissão.

3.5. Colocação e Procedimento

As debêntures serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizado pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13, de 30/9/80, de modo que o Banco Coordenador efetuará a colocação das Debêntures mediante atendimento a seus clientes, preferencialmente. Não haverá reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos.

3.5.1. Prazo de Colocação



As debêntures desta emissão poderão, observado o parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública que será de até 6 (seis) meses a contar da data de registro de distribuição pública concedido pela CVM.

A qualquer momento durante o prazo de subscrição, as debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas poderão ser canceladas, a exclusivo critério da Emissora, mediante deliberação de seu Conselho de Administração, sendo então considerado para os efeitos encerrado o prazo de distribuição, devendo a Emissora proceder à publicação do Anúncio de Encerramento de distribuição no prazo previsto da legislação em vigor. Sem prejuízo do acima exposto, encerrado o prazo de distribuição, as debêntures que não tenham sido efetivamente colocadas deverão ser obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

3.6. Banco Mandatário

O Banco BVA S.A. será o Banco Mandatário da Emissora junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures.

CLÁUSULA IV - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão.

4.1.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das debêntures será de R\$ 1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão.

4.1.3. Número de Séries

A emissão será feita em série única.

4.1.4. Quantidade de Debêntures

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains a grid of small dots. The signature is a stylized, cursive script. The stamp is partially obscured by the signature.

Serão emitidas 50.000 (cinquenta mil) debêntures, em série única.

4.1.5. Data de Emissão

A data de emissão das debêntures será o dia 01 de outubro de 2003, ("Data de Emissão").

4.1.6. Prazo e Data de Vencimento

O prazo das debêntures será de 7 (sete) anos, vencendo-se, portanto, em 01 de outubro de 2010, ocasião em que a Emissora se obriga a proceder ao resgate das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de aquisição obrigatória.

4.1.7. Forma

As debêntures serão da forma nominativa não endossável.

4.1.8. Certificados de Debêntures

A Emissora somente emitirá certificados de debêntures aos debenturistas mediante solicitação por escrito, os quais serão entregues até o prazo máximo de 10 (dez) dias contados a partir da data de solicitação. Para todos os fins de direito, a titularidade das debêntures será comprovada pelo Livro de Registro de Debêntures Nominativas. Adicionalmente, será expedido pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures o Relatório de Posição de Ativos, acompanhado de extrato, em nome do debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no referido Sistema.

4.1.9. Conversibilidade

As debêntures não serão conversíveis em ações.

4.1.10. Espécie

As debêntures serão da espécie com garantia real, conforme disposto no item 4.5 abaixo:

4.2. Atualização do Valor Nominal

O valor nominal da debênture não será atualizado.



Handwritten signature and a stamp with the number 4.

4.3. Remuneração

4.3.1. Juros

As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105 % (cento e cinco por cento) das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), calculadas e divulgadas pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, incidentes sobre o valor nominal da debênture, a partir da Data de Emissão das debêntures, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo.

Define-se:

- a. Período de Vigência de Juros - espaço de tempo durante o qual permanece constante o critério de apuração dos juros definido pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral Extraordinária da EMISSORA encerrando-se na data da correspondente repactuação;
- b. Período de Capitalização - intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das debêntures, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos na data de vencimento do Período de Capitalização, sendo o primeiro vencimento em 1º de outubro de 2005, data da primeira Repactuação das debêntures;
- c. Subperíodo de Capitalização - intervalo de tempo definido de acordo com as Taxas DI apuradas, sendo que:
 - c.1) o primeiro Subperíodo de Capitalização inicia-se na Data de Emissão das debêntures e termina no prazo definido pela Taxa DI apurada naquela data. Desta forma, o primeiro Subperíodo de Capitalização é de 1 (um) dia útil, posto que este foi o prazo definido pela Taxa DI apurada no dia 1º de outubro de 2003, Data de Emissão das debêntures. Assim sendo, o primeiro Subperíodo de Capitalização iniciou-se em 1º de outubro de 2003 e terminou no dia 2 de outubro de 2003;
 - c.2) os Subperíodos de Capitalização seguintes são definidos apurando-se a Taxa DI na data de vencimento do subperíodo anterior, entendendo-se como o novo subperíodo em vigor o prazo desta taxa, sendo que o último Subperíodo de Capitalização terá seu vencimento na mesma data de vencimento do Período de Capitalização. Cada Subperíodo de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade;
 - c.3) as taxas dos subperíodos são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério pro rata temporis por dias úteis para a Taxa DI e para o spread, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.



O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times \text{Fator DI} - VNe$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = valor nominal da debênture no início do Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = produtório das taxas DI Over com uso do Fator Multiplicador, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(TDI_k \times \frac{FM}{100} \right) \right]$$

onde:

n_{DI} = número total de taxas DI Over;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$


DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over;

FM = Fator Multiplicador aplicado sobre a taxa DI Over, informado com 2 (duas) casas decimais. No caso do 1º Período de Capitalização, FM = 105;

4.3.1.1. A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.3.1.2 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do Fator Multiplicador, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da EMISSORA quanto pelos debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI relativa à data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização.

 6

4.3.1.3 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a EMISSORA, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas na presente Escritura de Emissão, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida na data de encerramento do último Subperíodo de Capitalização, até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas.

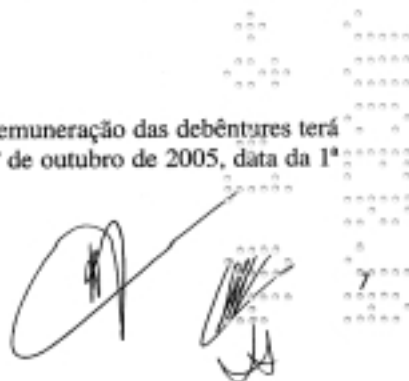
4.3.1.4. É facultado à Emissora, caso não haja o acordo referido no item 4.3.1.3. desta Cláusula, entre ela e os Debenturistas que representem, no mínimo, 66 % (sessenta e seis por cento) do total das Debêntures em circulação, e desde que comunique sua decisão ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias da data da realização da Assembleia de Debenturistas, resgatar a totalidade das Debêntures em circulação em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento das Debêntures ou a data em que ocorrer a repactuação das condições das Debêntures, conforme o item 4.4 desta Cláusula, pelo saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada de forma *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nessa alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do Spread. Nesse caso, durante o prazo de resgate das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo a estabelecida neste item 4.3.1, observado que, até o resgate integral das Debêntures, será utilizada a taxa de Remuneração definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembleia de Debenturistas. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias, essa nova taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias.

4.4. Repactuação

Deverá o Conselho de Administração da Emissora deliberar sobre as condições a vigorar nos próximos períodos de vigência da remuneração. As deliberações da Emissora sobre as condições de repactuação serão comunicadas pela EMISSORA por intermédio de publicação, conforme item 4.8, da Cláusula IV, até 10 (dez) dias antes do encerramento de cada período de vigência da remuneração, informando:

- a) o prazo do próximo período de vigência da remuneração, obedecendo ao prazo mínimo estabelecido pela legislação pertinente;
- b) as condições da remuneração e atualização monetária se houver, a vigor durante o próximo período de vigência da remuneração; e
- c) as datas de vencimento de juros.

Fica desde já definido que o primeiro período de vigência da remuneração das debêntures terá início na Data de Emissão das debêntures e vencimento em 1º de outubro de 2005, data da 1ª repactuação.



Caso os debenturistas não concordem com as condições fixadas pela Emissora para o próximo período de vigência da remuneração ou caso tais condições não sejam publicadas pela Emissora, os debenturistas poderão, entre 10º (décimo) e o 5º (quinto) dia anterior à data de repactuação, manifestar, através do CETIP ou na sede da Emissora, no caso do debenturista não estar vinculado ao CETIP, sua opção de exercer o direito de venda de suas debêntures à Emissora, sem prejuízo da possibilidade de ser requerido o vencimento antecipado das debêntures na hipótese de não publicação das condições de remuneração a que se refere este item.

A Emissora se obriga a adquirir a totalidade das debêntures, nas datas de encerramento de cada período de vigência da remuneração, dos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pela Emissora, para o período subsequente. As debêntures serão adquiridas pelo seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, acrescido da remuneração calculada pro rata temporis definida para o período vencido.

As debêntures dessa forma adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer em Tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado.

4.5. Garantias

4.5.1. Limite da Emissão

A presente emissão atendeu aos limites previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, posto que, na Data de Emissão, o valor do capital social da Emissora é de R\$ 106.097.940,00 (cento e seis milhões, noventa e sete mil, novecentos e quarenta reais), e o valor da 1ª emissão de debêntures da Emissora é de R\$ 19.969.118,41 (dezenove milhões, novecentos e sessenta e nove mil, cento e dezoito reais, quarenta e um centavos).

4.5.2. Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes das debêntures, como valor nominal, atualização monetária, se houver, remuneração, encargos moratórios e mora, as debêntures da presente emissão contarão com garantia real, consubstanciada pelo penhor concedido pela Emissora neste ato aos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com os artigos 1.431 e seguintes do Código Civil Brasileiro de:

- (i) 4.115.624 (quatro milhões, cento e quinze mil, seiscentos e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas e 35.616.611 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e onze) ações preferenciais nominativas ("Ações Penhoradas"), todas de emissão do Banco BVA S/A, instituição financeira com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Almirante Barroso nº 52, 19º andar, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 32.254.138/0001-03, de titularidade da Emissora, avaliadas pelo seu valor patrimonial em 30 de junho de 2003, conforme disposto no item 4.5.1 acima; e

- (ii) todos os dividendos, bonificações e demais direitos relativos e atribuídos às Ações Penhoradas.

4.5.2.1. As 4.115.624 (quatro milhões, cento e quinze mil, seiscentos e vinte e quatro) ações ordinárias nominativas de emissão do Banco BVA S/A de titularidade da Emissora



representam 11,56% (onze inteiros, cinquenta e seis centésimos por cento) das ações ordinárias nominativas de emissão do Banco BVA S/A e as 35.616.611 (trinta e cinco milhões, seiscentos e dezesseis mil, seiscentos e onze) ações preferenciais nominativas de emissão do Banco BVA S/A de titularidade da Emissora representam 100% (cem por cento) das ações preferenciais nominativas de emissão do Banco BVA S/A, representando conjuntamente 55,78% (cinquenta e cinco inteiros e setenta e oito centésimos por cento) da totalidade das ações de emissão do Banco BVA S/A.

4.5.3. A Emissora declara neste ato, assumindo responsabilidade civil e penal, que as Ações Penhoradas encontram-se livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames, podendo ser penhoradas, vendidas ou alienadas, judicial ou extrajudicialmente, não existindo qualquer restrição ao penhor, venda ou alienação das Ações Penhoradas.

4.5.4. Na hipótese de, por qualquer motivo, a Emissora deixar de cumprir quaisquer de suas obrigações assumidas nesta escritura de emissão, o Agente Fiduciário ficará imediatamente investido de todos os poderes necessários para executar o presente penhor, bem como efetuar a venda judicial ou extrajudicial das Ações Penhoradas, na forma abaixo definida, independente de notificação, comunicação, interpelação ou de qualquer outra formalidade.

4.5.5. A Emissora nomeia e constitui, neste ato, o Agente Fiduciário seu bastante procurador, na forma do parágrafo único do artigo 686 do Código Civil Brasileiro, conferindo poderes expressos, especiais, irrevogáveis e irretratáveis, para, em caso de descumprimento de quaisquer obrigações assumidas neste instrumento, transferir, parte ou a totalidade de Ações Penhoradas, visando o pagamento parcial ou total dos valores devidos aos debenturistas.

4.5.6. O produto apurado com a eventual transferência de Ações Penhoradas, nos termos acima dispostos, será aplicado no pagamento da dívida e seus acessórios, contratuais ou legais, conforme for devido, suportando a Emissora todas as despesas que o Agente Fiduciário incorrer com a execução desta garantia ou a transferência das Ações Penhoradas. Se houver saldo devedor remanescente, ele deverá ser imediatamente coberto pela Emissora, que se obriga a pagar o que for devido em 5 (cinco) dias a contar da data em que lhe for, por escrito, dada ciência do montante do saldo devedor.

4.5.7. A Emissora se compromete a providenciar a averbação do presente penhor no seu competente Livro de Registro de Ações, de acordo com o artigo 39 da Lei nº 6.404/76, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas a contar da data da assinatura da presente Escritura de emissão. Cópia autenticada do penhor lavrado no livro próprio, comprobatório da averbação do presente penhor em favor do Agente Fiduciário deverá ser entregue pela Emissora no mesmo prazo de 24 (vinte e quatro) horas. A não observância dos prazos aqui previstos ensejarão o disposto no item 4.5.4 acima.

4.5.8. Obriga-se a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, a:



- (i) tão somente autorizar o levantamento da Ações Penhoradas e/ou de outras formas que venham a ser penhoradas por força da presente Escritura de emissão ou de seus eventuais aditamentos, assim como a baixa do presente penhor, com expressa autorização prévia, por escrito, do Agente Fiduciário, sendo que qualquer ato contrário aqui ao disposto será considerado nulo de pleno direito;
- (ii) constituir em favor dos debenturistas, em penhor, durante a vigência da presente Escritura de emissão, eventuais ações distribuídas por bonificações, relativamente às Ações Penhoradas; e
- (iii) adotar todas as demais providências relativamente às Ações Penhoradas que lhe forem solicitadas pelo Agente Fiduciário;

4.5.9. O presente penhor, durante toda a sua vigência, e no caso de vir a ser executado, abrangerá as Ações Penhoradas, bem como os direitos a elas inerentes, inclusive os direitos de voto e os direitos a quaisquer proventos de qualquer espécie que com relação às Ações Penhoradas venham a ser distribuídos. A EMISSORA poderá dispor livremente os dividendos ou juros sobre o capital próprio recebidos durante a vigência do penhor. No caso de declaração de vencimento antecipado das debêntures, o Agente Fiduciário notificará o Banco BVA S/A para que efetue o pagamento dos dividendos ou dos juros sobre o capital próprio diretamente em conta corrente vinculada, aberta em nome do Agente Fiduciário que, em seguida, efetuará o pagamento proporcional aos debenturistas, deduzidos os custos e despesas incorridos.

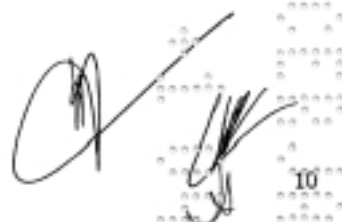
4.5.10. Às Ações Penhoradas são conferidos os seguintes direitos, na forma do Estatuto Social do Banco BVA S/A: (i) cada ação ordinária nominativa corresponde a um único voto nas deliberações da Assembleia Geral do Banco BVA S/A; e (ii) as ações preferenciais nominativas não terão direito a voto nas deliberações das Assembleias Gerais, mas terão prioridade na distribuição de dividendos, não cumulativos, no mínimo de 10% (dez por cento) a mais que os pagos às ações ordinárias e terão prioridade no reembolso do capital social.

4.5.11. As Ações Penhoradas representam, na Data de Emissão, o valor correspondente a 125 % (cento e vinte e cinco por cento) do valor de emissão das Debêntures, conforme o quadro a seguir:

Volume de Emissão das Debêntures	R\$ 50.000.000,00
Quantidade de Ações ON dadas em garantia	4.115.624 ações ON
Quantidade de Ações PN dadas em garantia	35.616.611 ações PN
Valor do Patrimônio Líquido do Banco BVA em 30 de junho de 2003	R\$ 112.052.000,00
Valor Patrimonial das Ações do Banco BVA em 30 de junho de 2003	R\$ 1,5730301
Valor da Garantia	R\$ 62.500.000,00
Valor de Garantia sobre o Volume de Emissão	125 %

4.6. Subscrição

4.6.1. Prazo de Subscrição



Handwritten signature and stamp, likely representing the Agente Fiduciário, with the number 10 visible in the stamp.

As debêntures desta emissão poderão ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública.

4.6.2. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das debêntures será o seu valor nominal acrescido da remuneração, apropriada desde a Data de Emissão até a data de subscrição, de acordo com a Cláusula IV, itens 4.2 e 4.3 desta Escritura de Emissão.

4.6.3. Forma de Subscrição e Integralização

As Debêntures desta Emissão serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, por meio dos procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos administrado pela ANDIMA/CETIP. As debêntures subscritas somente poderão ser negociadas no mercado secundário referido no item 2.4 da Cláusula II após totalmente integralizadas.

4.6.4. Direito de Preferência

Não haverá direito de preferência na subscrição das debêntures.

4.7. Condições de Pagamento

4.7.1. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pelo SND - Sistema Nacional de Debêntures; (ii) na sede da Emissora; ou, conforme o caso, (iii) pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.2. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de pagamento coincidir com dia em que não houver expediente comercial ou bancário na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

Handwritten signature and a circular stamp with the number 11 inside.

112

As debêntures poderão ser resgatadas, a critério da Emissora, mediante deliberação do Conselho de Administração da Emissora, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias através de publicação conforme previsto no item 4.8, da Cláusula IV. O resgate poderá ser total ou parcial, neste caso mediante sorteio, pelo seu valor nominal acrescido da remuneração calculada de forma pro rata temporis até a data do efetivo resgate.

Na hipótese do resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, a ser realizado na presença do Agente Fiduciário e com divulgação pela imprensa, de acordo com o disposto no item 4.8.1, inclusive no que concerne às regras do sorteio.

As debêntures resgatadas nos termos aqui previstos deverão ser canceladas pela Emissora.

5.3. Vencimento Antecipado

O Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativamente às debêntures objeto desta emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, nos termos do item 7.5 da Cláusula VII, do seu valor nominal, atualizado monetariamente, se for o caso, e acrescido da remuneração devida até a data do efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

a) protesto legítimo e reiterado de títulos contra a Emissora ou do Banco BVA S.A. cujo valor global ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora se for cancelado ou, ainda, se forem prestadas garantias em juízo, em qualquer hipótese no prazo máximo de 30 (trinta) dias de sua ocorrência;

b) pedido de concordata preventiva formulado pela Emissora;

c) intervenção, liquidação ou decretação de falência da Emissora ou do Banco BVA S.A.;

d) falta de cumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão, não sanada em 30 dias, contados da data em que for recebido aviso escrito enviado pelo Agente Fiduciário;

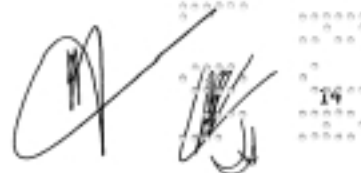
e) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou do Banco BVA, em razão de inadimplência contratual, cujo valor ultrapasse R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

CLÁUSULA VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A Emissora se obriga a:

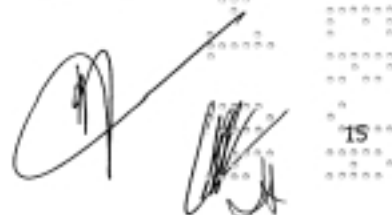
a) fornecer ao Agente Fiduciário:

a.1) dentro de no máximo 60 dias após o término de seu primeiro semestre social, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social,



Handwritten signatures and initials, including a large signature and a smaller one with the number '14' below it.

- a.2) dentro de no máximo 90 dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência ao sistema de contabilidade, gestão ou contas da Emissora,
- a.3) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993, nos prazos ali previstos,
- a.4) com antecedência mínima de um dia útil, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral e, prontamente, fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, bem como a data e ordem do dia da Assembleia a realizar e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal,
- a.5) na mesma data de suas publicações, os atos e decisões referidos no item 4.8.1,
- a.6) imediatamente, qualquer informação relevante para a presente emissão de debêntures que lhe venha a ser solicitada,
- a.7) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora, imediatamente após o seu recebimento,
- a.8) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações perante os debenturistas no prazo de até cinco dias contados da respectiva data de vencimento,
- a.9) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados nos itens 5.3, imediatamente após a sua ocorrência;
- a.10) na mesma data de sua decisão, a deliberação referida no item 4.8.1.1.
- b) proceder a adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei nº 6.404/76, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais;
- c) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenham acesso irrestrito aos livros e demais registros contábeis da Emissora;
- d) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente emissão, nos termos do item 8.1 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- e) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- f) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;



Handwritten signature and a circular stamp with the number 15 inside.

g) manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

h) manter em adequado funcionamento um órgão para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

i) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor; e

j) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes, especialmente aqueles que constituam garantia real da presente emissão.

CLÁUSULA VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA., acima qualificado, o qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das debêntures.

7.2. Declaração

O Agente Fiduciário dos debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

a) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, § 3º, da Lei nº 6.404/76, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/83, para exercer a função que lhe é conferida;

b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;

c) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão e todas as suas cláusulas e condições;

d) estar ciente dos termos da Circular nº 1.832, de 31/10/90, do Banco Central.

e) que verificou a regularidade da constituição da garantia real, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade.

A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

Handwritten signatures and a circular stamp. The stamp contains the number '16' and some illegible text.

7.3. Substituição

Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro motivo de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 dias contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por debenturistas que representem 10 % (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até quinze dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição.

Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim.

A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, de 23/11/83, e eventuais normas posteriores. A remuneração do Agente Fiduciário substituto não poderá ser superior à ajustada nesta Escritura de Emissão.

A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de Aditamento à presente Escritura de Emissão, que deve ser averbado no Registro de Comércio onde será registrada a presente Escritura de Emissão.

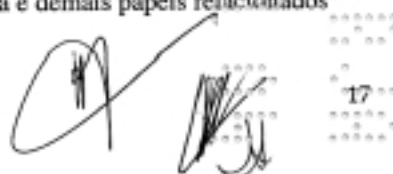
O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou de eventual Aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição.

Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4. Deveres

Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



d) verificar a observância, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei nº 6.404/76, em função de garantia real oferecida;

e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

f) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos Aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

h) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das debêntures;

i) verificar a regularidade da constituição da garantia real, flutuante e fidejussória, bem como o valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;

j) examinar a proposta de substituição de bens dados em garantia, quando esta estiver autorizada pela Escritura de Emissão, manifestando a sua expressa e justificada concordância;

k) intimar a Emissora a reforçar a garantia dada, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;

l) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento e Procuradoria da Fazenda Pública onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora e, também, da localidade onde se situe o imóvel hipotecado;

m) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;

n) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações;

o) comparecer à Assembleia Geral de debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

p) elaborar relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei nº 6.404/76, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

q.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de



18

informações pela Emissora,

q.2) alterações estatutárias ocorridas no período,

q.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora,

q.4) posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado,

q.5) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizado no período, bem como aquisições e vendas de debêntures efetuadas pela Emissora,

q.6) constituição e aplicações do fundo de amortização das debêntures quando for o caso,

q.7) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora,

q.8) relação dos bens e valores entregues à sua administração,

q.9) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento,

q.10) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário,

q.11) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade das garantias das debêntures da presente emissão;

r) colocar o relatório de que trata o inciso "q" à disposição dos debenturistas no prazo máximo de quatro meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

r.1) na sede da Emissora,

r.2) no seu escritório ou, quando se tratar de instituição financeira, no local por ela indicado,

r.3) na CVM,

r.4) nas Bolsas de Valores quando for o caso,

r.5) na instituição que liderou a colocação das debêntures;

s) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no inciso "r";

t) manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões, junto à Emissora;

u) coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, inutilizando os certificados correspondentes às debêntures resgatadas se for o caso;

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "19" and some illegible characters.

w) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;

x) notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 60 dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

x.1) à CVM, e

x.2) às Bolsas de Valores e/ou Sistema de Liquidação e Custódia quando for o caso.

7.5. Atribuições Específicas

O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

a) declarar, observadas as condições da presente Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

b) executar garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, dos debenturistas;

c) requerer a falência da Emissora se não existirem garantias reais;

d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos debenturistas;

e) representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a" a "d" do caput deste item se, convocada a Assembléia Geral de debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "e" do caput deste item.

7.6. Remuneração

Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da Lei e desta Escritura de Emissão, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- a) Parcelas trimestrais de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), devidas a primeira na data da assinatura da escritura de emissão das debêntures;
- b) As parcelas serão atualizadas anualmente pelo IGPM a partir da Data de Emissão;

 20

- c) A remuneração será devida mesmo após o vencimento das debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora (ou garantidor, se houver);
- d) No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais e administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, sem prejuízo da remuneração e despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora atrasá-las por um período superior a 30 (trinta) dias;
- e) Não estão incluídas as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício de nossas atribuições, durante ou após a fase de implantação do serviço;
- f) Os impostos e contribuições incidentes sobre os honorários (ISS, IR Retido na Fonte, Cofins e PIS) serão acrescidos à remuneração proposta às alíquotas vigentes na data dos pagamentos;
- g) Na hipótese de ocorrer o cancelamento das debêntures emitidas antes do seu vencimento, ou seu resgate total antecipado, as parcelas vincendas serão pagas na data do evento, descontadas à taxa de 12 % (doze por cento) ao ano;

7.7. Despesas


A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

O ressarcimento a que se refere este item será efetuado imediatamente após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;



b) extração de certidões;

c) locomoções entre estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos debenturistas.

O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA VIII - DA ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

A Assembléia Geral de debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por debenturistas que representem 10 % (dez por cento), no mínimo, das debêntures em circulação ou pela CVM.

8.2. Quorum de Instalação

A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de debenturistas que representem a metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de debenturistas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembléia caberá ao debenturista eleito pelos titulares das debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

Nas deliberações da Assembléia, a cada debênture caberá um voto. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção da modificação das condições das debêntures, que deverá ser deliberada por debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.

CLÁUSULA IX - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora que:

a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains the text "AGENTE FIDUCIÁRIO" and "22" at the bottom. There are also some small, illegible markings within the stamp.

g) a Emissora e sua controlada estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios; e

h) exceto pelas contingências informadas no prospecto, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou na sua controlada, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades.

CLÁUSULA X - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam a presente escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.


Rio de Janeiro, 06 de janeiro de 2004.


BVA EMPREENDIMENTOS S.A.


OLIVEIRA TRUST DTVM LTDA.

Helen de Oliveira Thomas
PROCURADORA

Testemunhas:


Nome: PIERE EUGÉNIA DOS SANTOS
CPF: 011.781.007-43
CJ: 97560 OAB RJ


Nome: JORGE LUIZ DA MATTA GOMES
CPF: 485288787-00
CJ: 125989-E-048-RJ

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: BVA EMPREENDIMENTOS S.A.	
Nire: 33.5.0028917-7	
Protocolo: 06-2004/005483-6 - 07/01/2004	
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 08/01/2004	
NÚMERO E DATA ABAIXO.	
ED33000022-2/000	
DATA: 08/01/2004	
Vânia L. M. Silva SECRETARIA GERAL	

00-2004/005.453-5 07 Jan 2004 17:19:17
JUCERJA Guia: 300/0414016-1
3330026917-7 Atos:980
BVA EMPREENDIMENTOS S A JUNTA - 275,00 INRC - 0,00
PREVISTO:
ULT.ORD.: 00201376812 29/12/2003 381

2222